

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

MEDIDAS PARA ENFRENTAR A CALAMIDADE FINANCEIRA DO RS

MODERNIZAR
O ESTADO

PROMOVER
O CRESCIMENTO

SERVIR
AS PESSOAS

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

**Só com um NOVO ESTADO vamos
construir um NOVO FUTURO:
com mais qualidade de vida, apoiado no
empreendedorismo, na sustentabilidade
e na justiça social. E o momento de
fazer essa modernização é agora.**

MODERNIZAR
O ESTADO

PROMOVER
O CRESCIMENTO

SERVIÇOS
AS PESSOAS

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

MEDIDAS JÁ ADOTADAS

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

MEDIDAS JÁ ADOTADAS

- **REDUÇÃO DE DESPESAS E ORÇAMENTO REALISTA**
- **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ESTADUAL**
- **NOVO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**
- **RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DO ESTADO COM A UNIÃO**
- **NOVO MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO**
- **AVANÇOS NA TRANSPARÊNCIA**
- **REDUÇÃO DE CCS, GASTOS COM DIÁRIAS, PASSAGENS, CONSULTORIAS**
- **APROVAÇÃO DO PROJETO QUE AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A VENDER IMÓVEIS À INICIATIVA PRIVADA**

REALIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

REALIDADE FINANCEIRA DO ESTADO ATÉ 2018*

Sem novas medidas, o déficit financeiro projetado será de **R\$ 8,8 bilhões**. O que representa 5 folhas de pagamento de todo o Estado ou 6,7 folhas de pagamento do Poder Executivo.

ANO	DÉFICIT	ACUMULADO
2016	R\$ 2,359 bilhões	
2017	R\$ 2,835 bilhões	R\$ 5,194 bilhões
2018	R\$ 3,628 bilhões	R\$ 8,822 bilhões

*Já considerando o novo acordo da dívida com a União

Observações: no início deste ano, havia uma projeção de déficit financeiro de R\$ 6,8 bilhões (R\$ 4,3 bilhões de déficit orçamentário, mais R\$ 2,5 bilhões de compromissos do ano anterior, em especial o 13º salário) • Esse rombo já considerava uma série de medidas de ajuste, como o aumento do ICMS • Principais medidas para reduzir o déficit financeiro em 2016: renegociação da dívida (R\$ 2,4 bi entre carência e liminar do STF) e venda da folha (R\$ 1,275 bi) • As projeções para os próximos dois anos consideram o impacto do novo acordo da dívida: R\$ 2,003 bilhões em 2017 e de R\$ 343,8 milhões, em 2018 • A partir de janeiro de 2017, o Estado reinicia o pagamento do serviço da dívida: 5,5% em sequência até alcançar 100% em julho de 2018.

* Cenários consideram uma retomada da economia com crescimento mínimo de 1% do PIB a partir de 2017

CALAMIDADE FINANCEIRA

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

SUMÁRIO

1. MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO ESTADO
2. REGRAS REFERENTES AOS SERVIÇO PÚBLICO
3. AMPLIAÇÃO DO AJUSTE FISCAL GAÚCHO
4. ESTIMATIVA DE IMPACTO FINANCEIRO
5. BENEFÍCIOS PARA OS GAÚCHOS

MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO ESTADO

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

OBJETIVOS GERAIS DE GOVERNANÇA E GESTÃO

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

O **PLANO DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO** tem como principais objetivos:

- REALIZAR CONTINUAMENTE AVALIAÇÕES DAS ESTRUTURAS DO ESTADO.
- DAR AGILIDADE À GESTÃO PÚBLICA COM FOCO NA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
- ASSEGURAR A EFICIÊNCIA NA GESTÃO DAS CONTAS PÚBLICAS.
- GARANTIR A TRANSPARÊNCIA E O CONTROLE SOCIAL NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

CONTEXTO EXTERNO

Mudanças
sociais,
econômicas e
tecnológicas
cada vez mais
rápidas.

Novas
plataformas de
comunicação
entre as
pessoas e mais
disponibilidade
das
informações.

Conscientização
social sobre os
direitos da
cidadania.

Demanda
crescente por
serviços
públicos de
maior qualidade
e por mais
transparência
nos assuntos
governamentais.

CONTEXTO INTERNO

As estruturas do setor público gaúcho são antigas e os processos de gestão e de trabalho, em geral, estão muito defasados.

O setor público estadual precisa aderir e incorporar novas ferramentas de gestão, visando atingir níveis mais altos de produtividade e eficiência.

Necessidade de adequação da atual estrutura pública ao contexto de restrição financeira estrutural do Governo do Estado.

Necessidade de dar foco e prioridade aos serviços públicos essenciais, que têm maior impacto no bem-estar das famílias gaúchas.

ASPECTOS AVALIADOS

Aspectos avaliados no estudo sobre a **Modernização da Estrutura do Estado.**

MELHORIA DA GOVERNANÇA DO PODER EXECUTIVO	Foco nas atividades essenciais
ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	Necessidade das estruturas atuais
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR CADA ENTIDADE	Disponibilidade no mercado
ASPECTOS FINANCEIROS	Custo para o Tesouro do Estado

O ESCOPO DA REFORMA DA ESTRUTURA DO ESTADO

A presente proposta de Modernização da Estrutura do Estado contempla **57 órgãos** da Administração Direta e Indireta.

20

SECRETARIAS

19

FUNDAÇÕES

7

AUTARQUIAS

11

COMPANHIAS
ESTADUAIS

SECRETARIAS

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

20 SECRETARIAS DE ESTADO - ESTRUTURA ATUAL

CASA CIVIL

SDECT

Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento

SDR

Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo

SEAPI

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação

SECOM

Secretaria de Comunicação

SEDAC

Secretaria da Cultura

SEDUC

Secretaria de Educação

SEFAZ

Secretaria da Fazenda

SEMA

Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEPLAN

Secretaria do Planejamento

SES

Secretaria Estadual da Saúde

SETEL

Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer

SGG

Secretaria Geral do Governo

SJDH

Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos

SMARH

Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos

SME

Secretaria de Minas e Energia

SOP

Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação

SSP

Secretaria da Segurança Pública

ST

Secretaria dos Transportes

STDS

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS SECRETARIAS

NOVA ESTRUTURA

17

SECRETARIAS

14

SEM
ALTERAÇÃO

3

FUSÕES

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS SECRETARIAS

NOVA ESTRUTURA

3
FUSÕES

+ **SGG** - Secretaria Geral do Governo
SEPLAN - Secretaria do Planejamento

NOVA DESIGNAÇÃO:
**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO**

+ **SJDH** - Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos
STDS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

NOVA DESIGNAÇÃO:
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL, TRABALHO E JUSTIÇA**

+ **SETEL** - Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer
SEDAC - Secretaria da Cultura

NOVA DESIGNAÇÃO:
**SECRETARIA DA CULTURA,
TURISMO E ESPORTE**

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS SECRETARIAS

NOVA ESTRUTURA

14
SEM
ALTERAÇÃO

CASA CIVIL

SEAPI

Secretaria da Agricultura,
Pecuária e Irrigação

SDR

Secretaria do
Desenvolvimento Rural,
Pesca e Cooperativismo

SECOM

Secretaria de Comunicação

SEDUC

Secretaria de Educação

SEFAZ

Secretaria da Fazenda

SEMA

Secretaria do Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

SMARH

Secretaria da Modernização
Administrativa e Recursos
Humanos

SES

Secretaria Estadual da Saúde

SDECT

Secretaria do
Desenvolvimento e Promoção
do Investimento

SME

Secretaria de Minas e Energia

SOP

Secretaria de Obras,
Saneamento e Habitação

SSP

Secretaria da Segurança
Pública

ST

Secretaria dos Transportes

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS SECRETARIAS



FUNDAÇÕES

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

19 FUNDAÇÕES - ESTRUTURA ATUAL

CIENTEC

Fundação de Ciência e Tecnologia

FADERS

Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FASE

Fundação de Atendimento Socioeducativo

FCP -TVE

Fundação Cultural Piratini

FDRH

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

FEE

Fundação de Economia e Estatística

FEPAGRO

Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária

FEPAM

Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FEPPTS

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde

FGTAS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

FIGTF

Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

FOSPA

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

FPE

Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul

FTSP

Fundação Theatro São Pedro

FUNDAÇÃO LIBERATO

FZB

Fundação Zoobotânica

METROPLAN

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

UERGS

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS FUNDAÇÕES

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

9

SERÃO
EXTINTAS

CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia

FCP - TVE - Fundação Cultural Piratini

FDRH - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária

FEPPS - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde

FIGTF - Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

FZB - Fundação de Zoobotânica (PL que está na Assembleia será substituído)

METROPLAN - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS FUNDAÇÕES

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

10
SERÃO
MANTIDAS

FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FGTAS - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

FOSPA - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

FPE - Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul

FTSP - Fundação Theatro São Pedro

FUNDAÇÃO LIBERATO

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS FUNDAÇÕES

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO



REDUÇÃO DE 19 PARA 10

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

IMPACTO FINANCEIRO*

RECEITA

**R\$ 47,2
MILHÕES**

DESPESA

**R\$ 177,2
MILHÕES**

**REPASSE DO
TESOURO**

**R\$ 129,8
MILHÕES**

* Fonte: Portal Transparência com base nos números de 2015.

IMPACTO FINANCEIRO*

FUNDAÇÕES	RECEITA	DESPESA	REPASSE DO TESOURO
CIENTEC	R\$ 12,8 milhões	R\$ 31,8 milhões	R\$ 19 milhões
FCP -TVE	R\$ 1,1 milhões	R\$ 28,9 milhões	R\$ 27,6 milhões
FDRH	R\$ 11 milhões	R\$ 15,6 milhões	R\$ 4,6 milhões
FEE	R\$ 0,9 milhão	R\$ 30 milhões	R\$ 29,1 milhão
FEPAGRO	R\$ 5,7 milhões	R\$ 20,2 milhões	R\$ 14,5 milhões
FEPPS**	-	-	-
FIGTF	R\$ 1 milhão	R\$ 1,7 milhão	R\$ 0,7 milhão
FZB	R\$ 4,2 milhões	R\$ 24 milhões	R\$ 19,8 milhões
METROPLAN	R\$ 10,5 milhões	R\$ 25 milhões	R\$ 14,5 milhões
TOTAL	R\$ 47,2 milhões	R\$ 177,2 milhões	R\$ 129,8 milhões

* Fonte: Portal Transparência com base nos números de 2015

**Os servidores em atividade na FEPPS já são pagos pela folha da Secretaria da Saúde, portanto não há impacto financeiro

FUNDAÇÕES EXTINTAS

O que fazem?

Por que extinguir?

E os funcionários?

CIENTEC

Fundação de Ciência e Tecnologia

O que faz?

Serviços tecnológicos de análises, testes e ensaios.
Pesquisa, desenvolvimento e inovação: consultoria e assistência técnica.
Incubadora tecnológica. Apoio à micro e pequena empresa.

Por que extinguir?

Os serviços prestados pela Cientec **não são considerados essenciais**.
Há disponibilidade de execução pelo mercado. Os programas desenvolvidos serão executados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

E os funcionários?

Os funcionários serão desligados, já que possuem vínculo empregatício regido pela CLT.

FCP -TVE

Fundação Cultural Piratini

O que faz?

A Fundação Piratini foi criada para administrar a concessão pública federal de rádio e televisão do Estado do RS. Produz e transmite programas educativos, culturais e jornalísticos. A estrutura e as atividades hoje desenvolvidas pela Fundação, em extinção, serão assumidas pela Secretaria de Comunicação, que ficará encarregada de criar um novo modelo de gestão.

Por que extinguir?

Não haverá extinção das emissoras públicas de rádio e televisão, a concessão de ambas segue em vigor. Mas a **estrutura da Fundação ficou excessivamente inchada e onerosa** para os padrões das finanças públicas do Estado. Hoje tem um custo de R\$ 28 milhões ao ano. Além disso, o atual modelo não consegue acompanhar a evolução tecnológica e demais avanços do meio.

E os funcionários?

Os funcionários serão desligados, já que possuem vínculo empregatício regido pela CLT.

FDRH

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

O que faz?

Tem em suas funções o planejamento e a realização de concursos públicos e o gerenciamento de programas de estágios .
É responsável pela Escola de Governo.

Por que extinguir?

O foco do Governo é a **modernização** das **atividades-fim**.
A Secretaria da Administração **vai incorporar a atividade** da Escola de Governo.

E os funcionários?

Serão desligados, já que possuem vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

FEE

Fundação de Economia e Estatística

O que faz?

Estudos e pesquisas de temas de desenvolvimento econômico, social e institucional.

Por que extinguir?

O governo está **modernizando** o Estado e busca uma **estrutura mais enxuta**. Aqueles serviços de avaliação econômica e estatística, que servem de base para os programas do Estado, continuarão sendo executados por um departamento na Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

E os funcionários?

Os funcionários serão desligados, já que possuem vínculo empregatício regido pela CLT, exceto os 52 empregados estabilizados.

FEPAGRO

Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

O que faz?

Pesquisa sobre produção agropecuária, vegetal, animal e derivados.

Por que
extinguir?

Com o objetivo de ter uma **estrutura mais enxuta** e dar foco à **gestão dos serviços**, o Governo vai incorporar as atividades à Secretaria da Agricultura.

E os
funcionários?

Os estatutários ficarão vinculados à Secretaria da Agricultura.

FEPPS

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde

O que faz?

Análises e produção de medicamentos, pesquisas e coordenação do Hemorrede.

Por que
extinguir?

Com o objetivo de ter uma **estrutura mais enxuta** e dar **foco à gestão dos serviços**, o Governo vai **incorporar** as atividades à Secretaria da Saúde.

E os
funcionários?

Serão extintos os cargos de confiança e os 1.176 cargos hoje abertos. Além disso, os cedidos retornarão às secretarias de origem.

FIGTF

Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

O que faz?

Pesquisa e divulgação da cultura popular sul-rio-grandense.

Por que extinguir?

Com o objetivo de ter uma **estrutura mais enxuta** e dar foco à **gestão dos serviços**, o Governo vai incorporar as atividades à Secretaria da Cultura.

E os funcionários?

O quadro dos funcionários ficará em extinção, vinculado à SEDAC.

FZB

Fundação Zoobotânica

O que faz?

Administra o Jardim Botânico, o Museu de Ciências Naturais e o Parque Zoológico, além desenvolver pesquisas.

Por que extinguir?

Para manter essas atividades, o Estado não precisa executar de forma direta. O gerenciamento inicial será feito pela Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que **buscará parcerias para qualificar os serviços, preservando-os como patrimônio ambiental do Estado.**

E os funcionários?

Os funcionários serão desligados, já que possuem vínculo empregatício regido pela CLT.

METROPLAN

O que faz?

Elaboração e coordenação de planos, programas e projetos do desenvolvimento regional e urbano do Estado. Gerenciamento do Sistema Estadual de Transporte de Coletivo de Passageiros.

Por que extinguir?

Buscar melhor governança entre o Estado e os municípios, especialmente os das regiões metropolitanas. As atividades passarão a ser executadas em uma estrutura da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão.

E os funcionários?

Os funcionários serão desligados, já que possuem vínculo empregatício regido pela CLT.

AUTARQUIAS

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

7 AUTARQUIAS - ESTRUTURA ATUAL

AGDI

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

AGERGS

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS

Detran

Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul

IPERGS

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

IRGA

Instituto Rio-grandense do Arroz

SPH

Superintendência de Portos e Hidrovias

SUPRG

Superintendência do Porto do Rio Grande

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS AUTARQUIAS

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

5

SERÃO
MANTIDAS

AGERGS

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Público Delegados

Detran/RS

Departamento Estadual de Trânsito do RS

IPERGS

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

IRGA

Instituto Rio-grandense do Arroz

SUPRG

Superintendência do Porto do Rio Grande

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS AUTARQUIAS

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

1

SERÁ
MODIFICADA

AGDI

Agência Gaúcha de Desenvolvimento
e Promoção do Investimento

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

AUTARQUIA MODIFICADA

O que faz?

O que muda?

E os funcionários?

De quanto será a economia?

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

O que faz?

Atração de investimentos e promoção comercial.
Acompanhamento e execução da política industrial: APLs e Núcleos de Extensão Produtiva.

O que muda?

A AGDI passa a se chamar Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP), integrando a estrutura da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Entre suas novas atribuições estão a coordenação e execução de projetos prioritários; assessoramento técnico ao governador por meio da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e acompanhamento das atividades desenvolvidas por órgãos de governo.

E os funcionários?

A estrutura terá a redução de 26 para 15 cargos de confiança e de 17 para 11 funções gratificadas. Os atuais servidores concursados serão mantidos.

De quanto será a economia?

R\$ 2,7 milhões

Nova
designação

EDP - Escritório de
Desenvolvimento
de Projetos

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS AUTARQUIAS

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

1

SERÁ
EXTINTA

SPH

Superintendência de Portos e Hidrovias

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

AUTARQUIA EXTINTA

O que faz?

Por que extinguir?

E os funcionários?

SPH - Superintendência de Portos e Hidrovias

O que faz?

Administração de portos, com suas instalações, hidrovias e sinalização náutica.

Por que extinguir?

O Estado busca **modernizar** suas estruturas. As **atividades serão absorvidas** pela Superintendência do Porto do Rio Grande.

E os funcionários?

Os servidores que têm estabilidade ficarão em cargo em extinção, e os demais serão desligados.

COMPANHIAS

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

11 COMPANHIAS - ESTRUTURA ATUAL

Badesul Desenvolvimento

Agência de Fomento/RS

Banrisul

Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BRDE

Banco Regional de Desenvolvimento
do Extremo Sul

CEEE

Companhia Estadual de Energia Elétrica

CESA

Companhia Estadual de Silos e Armazéns

Corag

Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

Corsan

Companhia Rio-grandense de Saneamento

CRM

Companhia Rio-grandense de Mineração

EGR

Empresa Gaúcha de Rodovias

Procergs

Companhia de Processamento de Dados
do Rio Grande do Sul

Sulgás

Companhia de Gás do Estado
do Rio Grande do Sul

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS COMPANHIAS

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

6

SERÃO
MANTIDAS

4

PODERÃO SER
PRIVATIZADAS OU
FEDERALIZADAS

1

SERÁ
EXTINTA

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS COMPANHIAS

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

1

SERÁ
EXTINTA

Corag

Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

COMPANHIA EM EXTINÇÃO

O que faz?

Por que extinguir?

E os funcionários?

CORAG

Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

O que faz?

Diário oficial, impressão de segurança (Detran) e produtos gráficos.

Por que extinguir?

Para eliminar **estruturas sobrepostas** e atividades que não são essenciais para o Estado, busca-se otimizar a estrutura existente. O Diário Oficial e os documentos oficiais do Detran **serão executados pela Procergs.**

E os funcionários?

Serão desligados, já que possuem vínculo empregatício regido pela CLT.

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS COMPANHIAS

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

6

SERÃO
MANTIDAS

Badesul Desenvolvimento

Agência de Fomento/RS

Banrisul

Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BRDE

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Corsan

Companhia Rio-grandense de Saneamento

EGR

Empresa Gaúcha de Rodovias

Procergs

Companhia de Processamento de Dados
do Rio Grande do Sul

RETIRADA DE NECESSIDADE DE PLEBISCITO

Proposta de Emenda à Constituição retirando a **necessidade de plebiscito** para alienação de empresas estatais CEEE, Sulgás e CRM, mantendo apenas a necessidade de lei específica.

PROPOSTA DE MUDANÇA NAS COMPANHIAS

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

4

PODERÃO SER
PRIVATIZADAS OU
FEDERALIZADAS

CEEE

Companhia Estadual de Energia Elétrica

CRM

Companhia Rio-grandense de Mineração

Sulgás

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul

CESA

Companhia Estadual de Silos e Armazéns

(já retirada a necessidade de plebiscito)

COMPANHIAS PRIVATIZADAS OU FEDERALIZADAS

Qual o cenário?

Por que privatizar ou federalizar?

CEEE

Companhia Estadual de Energia Elétrica

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

Qual o
cenário?

A companhia tem **capacidade limitada de operação superavitária**, dada a sua pesada estrutura operacional, que não consegue repassar seus custos reais aos preços praticados, operando em desequilíbrio financeiro e com limitada capacidade de investimento.

Por que
privatizar ou
federalizar?

Para recuperar a capacidade de investimento, visando à melhoria dos serviços prestados à população.

CRM

Companhia Rio-grandense de Mineração

Qual o
cenário?

A companhia apresenta **resultado operacional deficitário**, dado o peso da sua estrutura, e alto custo para a extração do carvão local, devido ao limitado número de clientes.

Por que
privatizar ou
federalizar?

Há potencial de ampliação da exploração do carvão gaúcho por meio do desenvolvimento de novas aplicações, as quais demandam elevados volumes de investimentos para sua viabilização, não suportados pela condição atual da CRM. Além disso, dedica-se única e exclusivamente a uma atividade econômica.

Sulgás

Companhia de Gás do Rio Grande do Sul

MODERNIZAÇÃO
DA ESTRUTURA
DO ESTADO

Qual o
cenário?

Apesar de ser superavitária, a Sulgás apresenta **resultados insuficientes** frente aos grandes investimentos necessários à ampliação do fornecimento de gás, principalmente para a área industrial.

Por que
federalizar ou
privatizar?

Por sua importância estratégica, aliada à incapacidade financeira do Estado de investir no setor entende-se como fundamental sua transferência a empreendedores. Há notícias, inclusive, de que a União, pelos mesmos motivos, planejava vender sua participação minoritária.





ECONOMIA

VINCULADAS	ECONOMIA
FUNDAÇÕES	R\$ 120 milhões**
AUTARQUIAS	R\$ 8,7 milhões
COMPANHIAS	R\$ 8,4 milhões*
TOTAL	R\$ 137,1 milhões

* Não incluídos os possíveis valores da CEEE, Sulgás e CRM.

** Redução de 30% no custeio e cargos comissionados da Fepagro.

O QUE REPRESENTA ESTE VALOR

CONTRATAÇÕES	CONTINGENTE	SALÁRIOS	VIATURAS	CUSTO
BRIGADA MILITAR	 2000	R\$ 89,1 MILHÕES	 48	R\$ 4,8 MILHÕES
AGENTES PENITENCIÁRIOS	 400	R\$ 22,5 MILHÕES		
POLÍCIA CIVIL	 700	R\$ 14,5 MILHÕES + R\$ 6,2 MILHÕES		

PRÓXIMOS PASSOS

Após aprovação das medidas, decreto instituirá grupo de trabalho que fará o acompanhamento do processo de Modernização da Estrutura do Estado.

Em 120 dias, será apresentada nova composição dos órgãos governamentais.

RESUMO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS

DIMINUIÇÃO DE

3

SECRETARIAS

EXTINÇÃO DE

9

FUNDAÇÕES

EXTINÇÃO DE

1

COMPANHIA

EXTINÇÃO DE

1

AUTARQUIA

MODIFICAÇÃO DE

1

AUTARQUIA

PRIVATIZAÇÃO OU
FEDERALIZAÇÃO DE

4

COMPANHIAS

REGRAS REFERENTES AO SERVIÇO PÚBLICO

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

LICENÇA CLASSISTA

Proposta de Emenda à Constituição para **eliminar a remuneração dos servidores que não estão desempenhando as funções para as quais foram nomeados por estarem cedidos a entidades de classe.**



* Dados de outubro/2016

LICENÇA-PRÊMIO

Proposta de Emenda à Constituição transforma a Licença-prêmio em Licença-capacitação, a ser concedida a cada 5 anos, por três meses, não cumulativa.

(em tramitação na Assembleia Legislativa. Será solicitada agilização aos deputados).

MUDANÇAS NAS VANTAGENS TEMPORAIS

NOVOS SERVIDORES

Acabam os adicionais de tempo de serviço aos 15 anos (15%) e aos 25 anos (10%).

SERVIDORES ATUAIS

Estão preservados os direitos para os que já possuem adicionais por tempo de serviço. Aqueles que estão em período aquisitivo mantêm o direito do período em andamento.

ALTERAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

AUMENTO DA ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Serão encaminhados dois Projetos de Lei Complementar aumentando a contribuição previdenciária de 13,25% para **14%**.

A nova alíquota vale para todos os servidores vinculados ao RPPS, civis e militares, de todos os Poderes.

Repercussão financeira estimada em **R\$ 130 milhões.**

ALTERAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

LIMITAÇÃO AO TETO DO PAGAMENTO DE PENSÕES ACUMULADAS A OUTROS GANHOS

Atualmente, não está sendo observado limite para que pensionistas vinculadas ao RPPS acumulem o benefício previdenciário com outros rendimentos do serviço público. Pela regra proposta, o IPE deverá pagar a pensão, somada a vencimentos ou aposentadoria, respeitando o teto do funcionalismo previsto na Constituição Estadual.

Se um servidor receber uma aposentadoria de R\$ 20 mil e passar a ter direito a uma pensão de mais R\$ 20.000, o Tesouro pagará essa pensão apenas até atingir o valor do limite único do teto constitucional (subsídio de desembargadores do TJ do Estado), atualmente fixado em R\$ 30.471,11.

A medida visa dar cumprimento à norma do Artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

FIM DA CONTAGEM DE TEMPO FICTO

A Proposta de Emenda Constitucional vai ao encontro da regra já adotada pela União e outros Estados, alterando o conceito de tempo de serviço pelo tempo de contribuição.

A regra, em acordo com a Constituição Federal, impossibilitará formas de contagem de tempo de contribuições fictícias aos civis e militares, sem o efetivo trabalho e respectiva contribuição.

VEDAÇÃO DE PAGAMENTO DE PARCELAS INDENIZATÓRIAS SEM PREVISÃO LEGAL

A Proposta de Emenda à Constituição propõe incluir no artigo 33 da CE norma que prevê necessidade de lei específica para a concessão de quaisquer parcelas ou verbas indenizatórias. A regra vale para servidores públicos e membros de Poderes e órgãos. A mesma emenda prevê a suspensão de pagamentos retroativos a exercícios anteriores por dois anos.

Diversos benefícios indenizatórios têm sido concedidos no Estado sem que a Assembleia tenha oportunidade de avaliá-los sob o ponto de vista da repercussão financeira e da isonomia entre os agentes públicos.

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVOS

1. **AUMENTAR A PERMANÊNCIA DE POLICIAIS NO SERVIÇO PÚBLICO, COM MENOS ESTÍMULO À APOSENTADORIA.**
2. **COLOCAR MAIS POLICIAIS NAS RUAS.**
3. **DIMINUIR A JUDICIALIZAÇÃO.**
4. **REGULARIZAR APONTAMENTOS DO TCE.**
5. **REDUZIR CUSTOS.**
6. **GERAR MAIS RACIONALIDADE E EQUIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO.**

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

TRANSFORMAÇÃO DA LICENÇA ESPECIAL DOS MILITARES

Alteração no Estatuto da Brigada Militar (LC 10.990/97, art. 70, tempo ficto)

Como é?

Hoje, a **cada 5 anos trabalhados**, os militares têm direito a **3 meses de afastamento do serviço**, a exemplo da licença-prêmio dos civis. Se não gozar, pode duplicar esse período sucessivamente, averbando para sua aposentadoria (tempo ficto).

Como fica?

Essa licença especial é transformada em **licença-capacitação de 3 meses sem possibilidade de acumular ou dobrar períodos**. Assim, fica eliminada a contagem de tempo ficto para fins de aposentadoria. Ficam respeitados os períodos já acumulados.

Na prática, a partir de agora, o militar cumprirá todo o período de 30 anos de efetivo serviço para passar à reserva. **Isso resulta, em média, em 3 anos a mais na prestação de serviço por militar.**

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MILITAR

Alteração no Estatuto da Brigada Militar (LC 10.990/97)

Como é?

A atual legislação não impõe limites na averbação de tempo de serviço público ou privado para atingir o tempo necessário para aposentadoria (reserva), o que abrevia a prestação de serviço público de polícia militar e de bombeiro militar.

Como fica?

Para fins de contagem de tempo de serviço, serão exigidos **ao menos 25 anos de efetivo serviço público militar** para preencher os **30 anos exigíveis para a reserva (aposentadoria)**. Assim, limita-se em no máximo 5 anos a possibilidade de averbação de tempo público ou privado, **aumentando o tempo de permanência na ativa**.

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

ELIMINAÇÃO DE 3 MECANISMOS DE RESERVA COMPULSÓRIA

Alterações da passagem para a Reserva Compulsória

Revogação de dispositivos do Estatuto da Brigada Militar que abreviavam a possibilidade de permanência dos militares em atividade. Aumenta o potencial de permanência no exercício das funções dos profissionais experientes.

LC 10.990/97, arts. 107-110: Quota compulsória.

LC 10.990/97, art. 106, II: Compulsória por tempo no último posto.

LC 10.990/97, art. 106: Aumento da idade.

LEGISLAÇÃO ATUAL

Ar. 106 - A transferência “ex-offício” para a reserva remunerada (...)

I - atingir as seguintes idades limites:

a) Oficiais: Coronel - 59 anos; Tenente-Coronel - 57 anos; Major - 56 anos; Capitão - 55 anos; Tenente - 54 anos. b) Praças - 55 anos.

PROPOSIÇÃO

Art. 106 - (...)
I - atingir as seguintes idades limites:
1. Oficiais: 65 anos
2. Praças: 60 anos

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

AUMENTO DA IDADE DE REFORMA

Alteração no Estatuto da Brigada Militar (LC 10.990/97 art. 114: Reforma)

Como é?

A regra estatutária prevê a possibilidade de reconvocação dos militares até os seguintes limites de idade:

OFICIAL SUPERIOR: ATÉ 64 ANOS

CAPITÃO E TENENTE: ATÉ 60 ANOS

PRAÇAS: ATÉ 56 ANOS

Como fica?

Com a nova regra, aumenta-se a idade limite para reconvocação dos militares para:

OFICIAIS: ATÉ 70 ANOS

PRAÇAS: ATÉ 65 ANOS

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

EXTINÇÃO DA PROMOÇÃO NA RESERVA (PRAÇAS)

Alteração no Estatuto da Brigada Militar (LC 10.990/97, art. 58)

Como é?

A atual regra prevê a possibilidade de promoção de soldados e sargentos ao cargo imediatamente superior quando do ato de aposentadoria (reserva).

Como fica?

Fim da promoção na reserva aos novos militares estaduais e aqueles sem estabilidade. Adequação do Estatuto da Brigada Militar ao Estatuto da Forças Armadas, que revogaram dispositivo semelhante em 2001.

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

GUARDA EXTERNA DOS PRESÍDIOS

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL (Alteração do art. 129 da CERS/89).
Encampa a PEC 233/15

Como é?

A Constituição do Estado prevê que a guarda externa dos presídios (serviço de sentinela de guarita) seja realizada pela Brigada Militar.

Como fica?

Suprimir esse dispositivo das atribuições constitucionais da Brigada Militar, em adequação à Constituição Federal, sem prejuízo da continuidade do serviço. Com a alteração, amplia-se a possibilidade de execução desse serviço e **libera-se, gradativamente, a Brigada Militar para o desempenho de sua missão constitucional típica.**

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ OU MORTE EM SERVIÇO

PROPOSTA de alteração da Lei 10.996/97 para valorização dos profissionais da segurança.

Como é?

Desde 2006, a indenização por invalidez permanente ou morte relacionadas ao serviço é de R\$ 25.000,00.

Como fica?

Aumenta a indenização por invalidez permanente ou morte relacionadas ao serviço para 3.000 UPFs.
Estende o benefício a todas as categorias da Segurança que estiverem na atividade-fim.

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

CEDÊNCIAS DE SERVIDORES DA SEGURANÇA PARA OUTROS ÓRGÃOS

Como é?

Para reduzir as cedências da Segurança, o governo apresentou a Lei 14.877, de 9/6/16, restringindo as cedências para todos os Poderes e Órgãos e outros Estados e municípios. A lei limitou em 7 os servidores para Presidência AL, TJ, TCE e PGJ.

Como fica?

O decreto, agora, regulamenta a lei, definindo o critério de interesse da segurança para as restritas hipóteses ao Executivo. Casos em que é possível a cedência:

- **CASA MILITAR**
- **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E VINCULADAS**
- **SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS E VINCULADAS**
- **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**

A cedência tem prazo de até 1 ano, prorrogável uma única vez por igual período.

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

ESTRUTURA BÁSICA DA SSP/RS

Como é?

Atualmente, a SSP possui 10 Departamentos e 34 Divisões.

Como fica?

Reduz de 10 para 5 Departamentos e de 34 para 20 Divisões na estrutura da Secretaria da Segurança Pública. A reestruturação tem por objeto reduzir o tamanho da máquina e devolver à atividade-fim os servidores das estruturas extintas.

MUDANÇAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

REGIME DE TRABALHO DA SUSEPE

Proposta de alteração da LC 13.259/09

Como é?

O regime de trabalho está previsto em Lei, diferente do que ocorre com outras categorias.

Art. 23 - Os servidores integrantes (...) ficarão sujeitos aos seguintes regimes de trabalho:

I - regime de expediente: 8 horas diárias totalizando 40 horas semanais, (...)

II - regime de plantão: plantões de 24 horas totalizando 160 horas mensais mediante escala de trabalho, assegurado o respectivo descanso, bem como todas as vantagens previstas em lei.

Como fica?

Suprime da Lei o regime de plantão e permite que a Administração gerencie os recursos humanos no melhor atendimento do serviço público, **resultando em um tratamento igualitário** da jornada de trabalho às demais categorias, respeitando o limite constitucional.

AMPLIAÇÃO DO AJUSTE FISCAL GAÚCHO

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

ESFORÇO DE TODOS OS PODERES

Proposta de Emenda à Constituição altera os artigos 146 e 156.
Os repasses dos duodécimos dos Poderes e Órgãos serão **calculados pela Receita Corrente Líquida efetivada**, limitados ao orçamento previsto.

IMPACTO
FINANCEIRO

R\$ **575,7** MILHÕES*

*Considerando dados de 2015

ESFORÇO DE TODOS OS PODERES

Proposta de Emenda à Constituição retirando o saldo dos outros poderes e órgãos do Caixa Único para o **Fundo de Reforma do Estado - FRE.**

EVITARÁ QUE
os recursos do Fundo
sejam objeto de saque.

REVISÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Projeto de Lei 214/2015 visando a redução de 30% nos créditos fiscais presumidos referentes a 2016, 2017 e 2018. Aplicação de regime de Urgência.

IMPACTO FINANCEIRO

R\$ **300** MILHÕES/ANO

MUDANÇA DO ICMS DA INDÚSTRIA

O recolhimento do ICMS **passa do dia 21 para o dia 12**, a partir de janeiro de 2017.

Antecipa dentro do mês o recolhimento de

R\$ **300** MILHÕES

permitindo o pagamento pelo novo calendário proposto

FOLHA DOS SERVIDORES: PRIORIDADE PARA OS QUE GANHAM MENOS

Proposta de Emenda à Constituição **retira do texto a data de pagamento até o último dia do mês.** Após aprovação, o Governo vai propor um **calendário escalonado, priorizando os menores salários** e dando maior previsibilidade de pagamento aos servidores do Estado e autarquias.

<p>Remuneração de até</p> <p>80 UPFs-RS R\$1.300,00</p>	<p>Remuneração de até</p> <p>170 UPFs-RS R\$2.900,00</p>	<p>Remuneração de até</p> <p>350 UPFs-RS R\$6.000,00</p>	<p>Remuneração superior a</p> <p>350 UPFs-RS</p>
ATÉ O 5º DIA ÚTIL	ATÉ O 10º DIA ÚTIL	ATÉ O 15º DIA ÚTIL	ATÉ O 20º DIA ÚTIL
36 MIL MATRÍCULAS	127 MIL MATRÍCULAS	98 MIL MATRÍCULAS	82 MIL MATRÍCULAS

Valores exemplificativos

DATA DE PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

Proposta de Emenda à Constituição **altera o pagamento do 13º salário até 2020.**
Após a aprovação, a medida será regulamentada nos seguintes termos:

50%

DO VALOR DO 13º

50%

DO VALOR RESTANTE

R\$ **600**

MILHÕES

**PAGAMENTO ATÉ O
ÚLTIMO DIA ÚTIL
DO EXERCÍCIO**

**PAGAMENTO ATÉ O
DIA 30/11
DO EXERCÍCIO
SEGUINTE**

**IMPACTO
FINANCEIRO NO
FLUXO ANUAL**

CIDADANIA FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO: NOTA FISCAL GAÚCHA

AMPLIAÇÃO DO
AJUSTE FISCAL
GAÚCHO

O que é?

Busca ampliar a inserção do **Programa da Nota Fiscal Gaúcha (NFG)**, com maior participação da sociedade em ações de cidadania fiscal. Trata-se de uma parceria entre o cidadão e o Estado no combate à sonegação e de solidariedade com organizações sociais.

Como é hoje?

12% da população participa do Programa **(1,36 milhão de cadastrados)**

81,4 mil contribuintes já foram contemplados

2.700 entidades beneficiadas

CIDADANIA FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO: NOTA FISCAL GAÚCHA

AMPLIAÇÃO DO
AJUSTE FISCAL
GAÚCHO

Combate à sonegação

- Mais de **R\$ 3,71 bilhões** desde janeiro de 2015, melhor desempenho dos últimos anos
- **610 representações** encaminhadas ao MP para recuperar **R\$ 920 milhões em ICMS sonegado**
- **Investimentos** em tecnologia
- **Nomeação de novos técnicos** tributários e auditores-fiscais

Cobrança da dívida

- De janeiro a outubro de 2016: **R\$ 1,96 bilhão**
- Em 2015: **R\$ 1,6 bilhão**

CIDADANIA FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO: NOTA FISCAL GAÚCHA

AMPLIAÇÃO DO
AJUSTE FISCAL
GAÚCHO

A NFG realiza sorteios mensais, com prêmio principal de **R\$ 50 mil** e um sorteio especial de **R\$ 1 milhão**. São 182 prefeituras que se utilizam da plataforma do programa para suas promoções próprias.

Como
ficará?

Serão **R\$ 15 milhões** em prêmios (prêmio principal de **R\$ 300 mil/mês** e dois sorteios especiais de **R\$ 1 milhão por ano**) e outros **R\$ 15 milhões** em repasses às entidades.

Outras
novidades

Programa Fidelidade Pequena e Média Empresa, Troca de Pontos, Premiação Instantânea e Rede Social NFG Entidades

ESTIMATIVA DE IMPACTO FINANCEIRO

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

**Estimativa de ganho real
das medidas EM 4 ANOS**

R\$ 6,7 BILHÕES

**Ganho no fluxo
financeiro AO ANO**

R\$ 2,6 BILHÕES

Fonte: Secretaria da Fazenda

BENEFÍCIOS PARA OS GAÚCHOS

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TODOS
PELO RIO GRANDE

UM NOVO ESTADO. UM NOVO FUTURO.

MODERNIZAR
O ESTADO

PROMOVER
O CRESCIMENTO

SERVIÇ
AS PESSOAS

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TO**OS**
PELO RIO GRANDE